

A porta da liberdade

JOSÉ CARLOS AZEVEDO

Provavelmente usando recursos públicos, o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) mandou colocar dois tabiques, hoje conhecidos por outdoors, nas imediações do aeroporto de Brasília, com os seguintes dizeres: Educação não é disposição transitória. É compromisso permanente. É prioridade nacional, é a porta da liberdade. Brasil: 30 milhões de analfabetos. De cem crianças, oito não concluem a escolaridade obrigatória. Verbas insuficientes para pesquisas. Constituinte: apague este quadro, aprovando a vinculação orçamentária para a educação.

Há poucos meses, uma multinacional convidou várias pessoas da sociedade do Rio de Janeiro para inaugurar uma exposição de Leonardo da Vinci, entre elas um dos reitores daquele estado. Ausente o reitor, seu vice-reitor encaminhou carta a Leonardo da Vinci, aos cuidados da multinacional, fazendo-lhe votos de sucesso, encorajando-o na carreira artística e dizendo-lhe trivialíssimas banalidades, que começavam com caro Leonardo. Se não tivesse morrido em Cloux, em 1519, o florentino, um dos gênios da humanidade, poderia agora oferecer uma explicação plausível para o enigmático sorriso da Gioconda.

A mensagem do Crub, nos tais outdoors, nada fica a dever à missiva do vice-reitor, menos pela determinação desonrosa aos constituintes para apagarem o quadro do que pela suposição de que alguns deles seriam capazes de supor que educação é disposição transitória ou admitir que aquelas estatísticas não são do conhecimento público. Na verdade, todos sabem que além dos milhões de analfabetos e das crianças sem escolas, há milhares de professores sem o 1º grau e vários outros sub-remunerados e também que há milhões de cruzados mal utilizados em universidades que oferecem ensino de qualidade duvidosa e custeiam os alunos mais caros do mundo, à razão de uns cinco por professor.

A natureza da pobreza das massas tem ocupado os estudiosos e, apesar de haver explicações plausíveis — o clima, a religião, o grupo étnico, o sistema de governo e assim por diante —, há sempre exemplos em contrário como os apresentados por Galbraith (The Nature of Mass Poverty, Harvard Un. Press, 1979) e Myrdal (The Asian Drama, an Inquiry into the Poverty of the Nations, N.Y. 1968) que admitem haver um equilíbrio de pobreza que precisa ser rompido para atingir o desenvolvimento; tal é o equilíbrio, que ele existe até num mesmo país, com regiões paupérrimas ao lado de outras ricas, como é o caso da Eslovênia, Montenegro e Kosovo, na Iugoslávia. Mas talvez não haja disparidades maiores que as existentes no Brasil, entre regiões do Nordeste e do Centro-Sul.

Apesar de não existirem explicações definitivas para a pobreza das massas, e mesmo não sendo a educação fator imprescindível ao progresso, pois há países que o atingiram antes de terem educado seu povo, caso da Inglaterra, por exemplo, poucos discordarão de que a educação acelera e consolida o desenvolvimento. Os exemplos da Austrália, Japão, Coreia e Formosa confirmam essa observação.

Admitida a necessidade de investir recursos públicos em educação, resta saber como melhor distribuí-los e, apesar de investir no ensino superior, ninguém de bom senso ignora que a educação de 1º grau, de qualidade, é vital para o adolescente, pois neste fase se forja o caráter, se desperta a curiosidade intelectual e se cristalizam as virtudes morais e éticas que condicionam as ações humanas pelo resto da existência de cada um. Inves-

tir no 1º grau não significa só, ou necessariamente, dar mais dinheiro, mas oferecer bons currículos e recursos didáticos, selecionar bons professores e servidores, pagar-lhes bons salários, compatibilizando-os com o de seus colegas universitários e fazer que o aluno permaneça na escola pelo menos seis horas diárias.

No Brasil, o governo investe umas 150 vezes mais no universitário do que no aluno de 1º grau e paga pessimamente mal os professores desse nível, como se fossem mestres de segunda classe. É verdade que há quem se preocupe com isso; segundo jornais de 19.12.87, o senhor secretário de Educação do Estado de São Paulo, por exemplo, declarou em Araçatuba (SP) que ... se os professores reprovassem menos os alunos sobraría dinheiro para lhes dar aumento salarial... Resta, portanto, esperar que logo sugiram que, ao nascer, se entregue a cada brasileiro, além da certidão de nascimento, um diploma de pré-escola, outro de 1º grau, outro de 2º, outro de graduação, outro de mestrado e outro de doutorado, pois assim todos os recursos para a educação poderão ser gastos em salários. Numa boa.

A estatística aplicada ao setor social propicia muitas vezes interpretações diversas, até equivocadas, mas não faltam estudos competentes que provam que o retorno do investimento público em educação, em determinados países, favorece os ricos e, certamente, é este o caso do Brasil, valendo analisar, entre outros, o estudo de N. Birdsall, Public Inputs and Child Schooling in Brazil (Journal of Development Economics, vol. 18, 1985) ou o relatório do Bird, citado em artigo anterior (6120 — A BR Brasil, financiamento do ensino de 1º grau, maio de 1986) do qual extrai o seguinte: os benefícios da educação pública parecem variar diretamente com o nível de renda. A proporção dos alunos de baixa renda (menos de um salário mínimo) na escola pública declina à medida que se eleva o nível de ensino: de 15,3% do total de matriculas na escola de 1º grau para somente 1,1% das matriculas no ensino superior... O oposto é verdadeiro para alunos de renda mais elevada (mais de dez salários mínimos), que representam somente 4,9% das matriculas na escola pública de 1º grau, passando a constituir 48,3% das matriculas no ensino superior público. Como os alunos de renda mais alta tendem a receber uma educação mais cara e de melhor qualidade, pode-se concluir que os grupos de renda mais alta recebem maiores benefícios da educação pública que os de renda mais baixa. De fato, como se observa... os benefícios educacionais que incidem sobre os grupos de renda mais alta são quase duas vezes maiores que os obtidos pelos grupos de renda mais baixa, a despeito do fato de que a população em idade escolar do grupo de renda mais alta é quase metade da do grupo de renda mais baixa. Além disso, admitindo-se que os custos unitários dos ensinos de 1º e 2º graus variam diretamente com a renda, estas estimativas subestimam as disparidades dos benefícios educacionais.

Mantido o atual ritmo de investimentos públicos, dentro em breve todo o dinheiro do MEC será gasto no ensino superior, para alegria do Crub, talvez, mas certamente dos irresponsáveis que vivem apenas o dia de hoje. Aos que se preocupam com o futuro do Brasil, entretanto, resta sugerir um basta nessas mazelas da educação porque — e essas estatísticas são inquestionáveis — os pobres estão ficando cada vez mais pobres e a muitos deles resta a opção da marginalidade; e não há trombadinha ou crmimoso que ignore que, para eles, a única porta da liberdade é a da saída das penitenciarías.